

LILIA MORITZ SCHWARCZ

Professora titular do Departamento de Antropologia  
da Universidade de São Paulo

DE OLHO EM

**D. PEDRO II**

e seu reino tropical

Coordenação  
Lilia Moritz Schwarcz e Lúcia Garcia

claroenigma



Copyright © 2009 by Lilia Moritz Schwarcz

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Capa e projeto gráfico*  
Rita da Costa Aguiar

*Fotos de capa*  
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil (capa)  
Coleção Emanuel Araújo (quarta capa)

*Preparação*  
Márcia Copola

*Revisão*  
Lucas Puntel Carrasco  
Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Schwarcz, Lilia Moritz  
D. Pedro II e seu reino tropical / Lilia Moritz Schwarcz.  
— São Paulo: Claro Enigma, 2009.

ISBN 978-85-61041-37-3

1. Brasil — História — II Reinado — 1840-1889
2. Pedro II, Imperador do Brasil, 1825-1891
- I. Título.

09-08959

CDD-923.181

Índice para catálogo sistemático:  
1. Brasil : Imperador : Bibliografia 923.181

[2009]  
Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA CLARO ENIGMA  
Rua São Lázaro, 233  
01103-020 — São Paulo — SP  
Telefone: (11) 3707-3531



<b>7</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>
<b>13</b>	<b>CAPÍTULO I</b>
	<i>Entre aquarelas e gravuras:</i> <i>“Eis que havemos um rei”</i>
<b>17</b>	<b>CAPÍTULO II</b>
	<i>O órfão da nação: infância e</i> <i>juventude de Pedro</i>
<b>23</b>	<b>CAPÍTULO III</b>
	<i>“Havemos rei”: a grande sacração</i>
<b>29</b>	<b>CAPÍTULO IV</b>
	<i>O grande imperador: 1841-1864</i>
<b>39</b>	<b>CAPÍTULO V</b>
	<i>Um monarca cidadão: 1870-1885</i>
<b>47</b>	<b>CAPÍTULO VI</b>
	<i>A monarquia cai ou</i> <i>não cai: 1886-1888</i>
<b>54</b>	<b>CAPÍTULO VII</b>
	<i>O exílio e a morte do monarca.</i> <i>Morto o rei/ viva o rei</i>
<b>58</b>	<i>Quase conclusão!</i>
<b>61</b>	<i>Leia mais</i>
<b>63</b>	<i>Cronologia de apoio</i>
<b>72</b>	<i>Sugestão de atividades</i>
<b>74</b>	<i>Créditos das imagens</i>
<b>75</b>	<i>Sobre a autora</i>



# CAPÍTULO I

## *Entre aquarelas e gravuras:*

### *“Eis que havemos um rei”*

A construção de uma identidade ao mesmo tempo europeia e tropical não foi tarefa original do Segundo Reinado. Logo após a independência política, em 1822, tratou-se de desenhar e moldar uma nova cultura imperial pautada em dois elementos constitutivos da nacionalidade: o Estado monárquico, que aparecia como centro da nova civilização, e a natureza territorial com suas gentes e frutas, como base material do Estado. Ou seja, era preciso convencer que esse era um Império não só particular mas também universal. Particular, pois encravado nos trópicos americanos, com suas gentes, frutos e animais estranhos e considerados exóticos. Universal, pois nossa realeza era oriunda das casas reais tradicionais da Europa.

Por isso, vamos recuar um pouco no tempo, para ver “como essa história começou”. Antes de d. Pedro II, ainda na época de d. João (seu avô, que chegou ao Brasil em 1808), uma colônia de artistas franceses foi incorporada à corte, com o objetivo de bem “representar” essa realeza. Como os portugueses não tinham o hábito de retratar, foi preciso lançar mão de artistas franceses, acostumados a exaltar imperadores e reis. Não é o caso de voltarmos tanto na história; basta lembrar que foi o artista neoclássico francês Jean Baptiste Debret, que chegou ao país em 1816 com vários outros artistas, quem se responsabilizou pela



elaboração de uma grande alegoria — nossa primeira pintura oficial como Estado independente —, especialmente idealizada como representação dessa nova realeza, logo em 1823. “Pano de boca” de uma apresentação teatral que celebrava a coroação de d. Pedro I como primeiro imperador do Brasil, a imagem mesclava uma série de elementos fundamentais à nova nacionalidade, os quais retornariam em tempos de d. Pedro II.

*“Pano de boca” do Teatro da Corte, Debret, 1834*

Tendo passado pela inspeção e aprovação do imperador e de José Bonifácio, a pintura sintetizava e celebrizava a originalidade da nova nação. No centro, o governo imperial surge representado por uma mulher, a qual, ornada por um fundo verde, traz num dos braços as armas do Império e no outro a Constituição. Adornam a imagem as frutas do país, o café e a cana-de-açúcar. Ao lado dos “produ-



tos da terra”, desfilam as suas “gentes” exóticas: uma família negra demonstra sua fidelidade, enquanto uma indígena branca se ajoelha ao pé do trono. Além do mais, conforme esmiúça Debret, “paulistas, mineiros e caboclos mostram com sua atitude respeitosa o primeiro grau de civilização que os aproxima do soberano”. Por fim, vemos as vagas do mar, que se quebravam ao pé do trono e revelavam a posição geográfica e longínqua do Império. Estamos, portanto, diante de uma grande representação; de uma espécie de teatro de inauguração.

Em primeiro lugar, a pintura celebra a união da monarquia com os trópicos. Em segundo, ela é parte de um movimento mais geral, que, para garantir a especificidade e a autonomia do novo território, começou a concentrar esforços na criação de rituais, insígnias e emblemas. A bandeira nacional, por exemplo, também concebida nesse contexto, deixava evidentes os vínculos com a tradição imperial: o verde, cor heráldica da Casa Real Portuguesa de Bragança, à qual pertencia o imperador; o amarelo, cor da Casa Imperial Austríaca de Habsburgo, da primeira imperatriz. Diferentemente do que contam os nossos manuais cívicos, as cores da nossa bandeira nada tinham a ver, originalmente, com floresta, ouro ou céu do Brasil. Aqui temos, na verdade, um exemplo de redefinição cultural: elementos tradicionais do armorial e dos brasões europeus passam a representar uma nova realidade física, destituídos de seu significado anterior. Isto é, como hoje em dia não podemos dizer que as cores de nossa bandeira são uma homenagem às casas reais, mudamos não o seu desenho ou colorido: apenas o seu significado.



Mas o desenho de Debret funcionava também como uma visão condensada da “brasilidade” que se queria destacar: a natureza exótica dominada por uma monarquia de origem divina, por conta da herança europeia pesada que carregava. Por outro lado, apesar de ser uma monarquia constitucional, a exemplo de todas as que surgiam após a Revolução Francesa de 1789, não se abria mão do local idealizado conferido ao rei: disposto bem no centro da representação e recebendo o beneplácito de alegorias clássicas também devidamente idealizadas. Por fim, não se pode esquecer que a realza nasceu elevando a importância da mestiçagem existente no país. Negros (sempre leais), indígenas, bandeirantes... todos juntos vêm legitimar a nova monarquia tropical.

A história não seria, porém, assim fácil e cheia de bons augúrios, convenientemente saudados no “pano de boca”. D. Pedro I iria se indispor com as elites locais, outorgaria a nossa primeira Constituição, em 1824, e, na dúvida entre escolher um dos dois reinos — o do Brasil ou o de Portugal —, resolve ficar com os dois. Para tanto, deixa Pedro de Alcântara no Brasil e parte para Portugal com d. Maria da Glória. Engana-se, pois, quem acha que “quem foi para Portugal perdeu o lugar”. Nesse caso, d. Pedro I garantiu os dois reinos.



## CAPÍTULO II

### *O órfão da nação: infância e juventude de Pedro*

Mas é da história de Pedro II que vamos tratar, e não da de seu pai, que partiria em 1831 para Portugal e nunca mais voltaria ao Brasil. Na verdade, desde o nascimento do futuro monarca, sua imagem foi esculpida, cuidadosamente, de maneira oposta à de seu pai. Se d. Pedro I ficaria para a história como voluntarioso, Pedro II seria conhecido por seu caráter reflexivo. Se o pai nunca escondeu as amantes que teve, já o filho foi sempre cauteloso nesse sentido. E nossa história se inicia no dia 2 de dezembro de 1825, quando a corte do Rio de Janeiro acordou com o estrondo das salvas de fortalezas e navios. Era o príncipe herdeiro que nascia; o primeiro genuinamente brasileiro, a promessa e o resumo das esperanças nacionais. Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga era um grande nome para um monarca tão pequeno. O tamanho do nome revelava, porém, a dimensão da mística e as aspirações que giravam em torno do “pequeno príncipe”, o qual acumulava a herança de tantos reis e rainhas que o precederam. Além do mais, se o reino era recente, o novo soberano carregava em seu nome uma tradição antiga o suficiente para ele se legitimar no território tropical. No entanto, a despeito de todos os alardes da chegada, a apresentação do órfão de Estado é que começaria por se



O “pequeno príncipe”, cercado dos símbolos de seu reinado

afirmar, antes mesmo de sua vinda ao mundo. O fato é que o monarca já nascia rei, pessoa pública e sem a privacidade dos homens comuns. Por isso, desde a tenra idade já aparece como monarca, cercado de estrelas ou nuvens, como bem se espera de um representante que se separa dos demais mortais.

Não obstante, os primeiros anos não seriam nada fáceis para o jovem monarca. Quando da coroação de seu pai e de seu primeiro aniversário — respectivamente 1º e 2 de dezembro —, sua mãe, a princesa Leopoldina, conhecida por seus dotes de naturalista e herdeira dos valores dos poderosos Habsburgo da Áustria, encontrava-se enferma, e viria a falecer dez dias após a data de seu próprio aniversário. Essa era, também, a época dos grandes e famosos amores de d. Pedro I, e dos boatos sobre os desgostos de Leopoldina, de certa forma assassinada pela tristeza. Não foram poucas as cartas que a princesa legou, sobretudo à irmã, nas quais descreve seu isolamento e a competição feminina desleal que sofria. Lenda ou não, o fato é que a mãe de d. Pedro II sucumbiria a um parto prematuro, e sempre amargando a falta do marido, o qual, a essas alturas, já não escondia



D. Pedro ainda  
menino, com seu  
tambor e insígnias  
por todos os lados.  
Armand Julien  
Pallièrre, c. 1830

de ninguém suas relações com Domitília, a marquesa de Santos, que frequentava o Paço com naturalidade.

Sozinho com suas duas irmãs — Januária e Francisca —, o “herdeiro da nação”, como era então conhecido, não passava de um pequeno órfão, isolado e frágil, ainda pouco retratado nessas circunstâncias. Uma das raras pinturas desse período mostra o imperador sentado ao lado de um vistoso tambor, numa cena que o aproxima do universo infantil. No entanto, é sempre a imagem oficial que se impõe diante do cotidiano, na medida em que os emblemas da monarquia estão por todos os cantos e revelam a necessária dissimulação de um menino nascido rei.

Quase como uma sombra, ao lado do tambor vemos um trono, que parece emoldurar o futuro dinástico do retra-



tado. Por outro lado, no tambor, na roupa e em toda parte se espalham as marcas da monarquia, apenas dissimuladas por um ambiente pretensamente informal. Mas um monarca é sempre um monarca, independentemente da sua idade. Ou melhor, é um símbolo do futuro, de um Estado em que virá a reinar.

A infância de d. Pedro II seria curta e repleta de episódios políticos da maior importância. Em Portugal, já em 1828, começavam os problemas de sucessão, enquanto no Brasil os abusos do voluntarismo da política de d. Pedro — com o Ato Adicional e a imposição de uma Constituição — acabariam por condicionar a sua abdicação, em 7 de abril de 1831. Como vimos, o imperador partia para Portugal com a firme intenção de recuperar o trono para sua filha, d. Maria da Glória; ao passo que o príncipe Pedro, com pouco mais de cinco anos de idade, ficava sob os cuidados de seu tutor, José Bonifácio de Andrada e Silva, que até não muito tempo antes era inimigo declarado de seu pai. D. Pedro se transformava, então, em órfão por duas vezes; afinal, junto com seu pai partia d. Amélia de Leuchtenberg, princesa da

Lições de caligrafia do futuro imperador



D. Pedro aos  
doze anos.  
Félix Émile  
Taunay, 1837

Baviera, nova esposa de Pedro I, cuja beleza, diziam os relatos, teria serenado os humores do monarca.

Nos poucos retratos da juventude, d. Pedro II mais parece o protagonista de uma história cujo final feliz já se conhece. Na iconografia, revelava-se a imagem do menino nascido rei; o jovem adulto ciente de suas responsabilidades, mesmo na tenra idade.

Em retratos oficiais, cercado de símbolos locais, condecorações e brasões, o futuro rei já apresenta um olhar que lhe marcaria a personalidade: um olhar de dissimulação. É o imperador que olha sem ser jamais olhado. Ele também evita o traço de expressão, ou qualquer manifestação de sentimento. Eis um aspecto que é usual aos retratos da rea-



leza mas que combinava de forma singular com esse “órfão nacional”. Até mesmo nas pretensamente inocentes lições, atividade tão comum às crianças, o pequeno soberano treinava a sua caligrafia sempre com motes civis. Fazer o bem, cumprir a Constituição, bem reinar... aí estavam temas que não pertenciam ao universo infantil mas que, no caso de Pedro II, passavam a se unir à sua própria personalidade. O teatro ia se colando à sua formação de maneira que ninguém mais sabia onde terminava o menino e quando começava o futuro monarca, prematuramente ciente ou acomodado em sua posição.